



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 21/01/2015, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por se encontrar fora do município, será substituído, pelo período de um mês, pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 1, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2015
3. REQ. N. 1860/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 374/14, DATADO DE 28/10/2014 – JOAQUIM DA SILVA CARVALHO
4. REQ. N. 1842/14, DATADO DE 02/12/2014 – PC N.º 424/14, DATADO DE 02/12/2014 – FAUSTO ALMEIDA, LDA.

5. REQ. N. 1876/14, DATADO DE 05/12/2014 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 – SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO
6. REQ. N. 10/15, DATADO DE 06/01/2015 – PC N.º 388/13, DATADO DE 18/10/2013 – VENCESLAU LOLA FERREIRA
7. REQ. N. 1864/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 120/14, DATADO DE 14/04/2014 – MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU
8. REQ. N. 19/15, DATADO DE 07/01/2015 – PC N.º 22/15, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS
9. REQ. N. 1884/14, DATADO DE 09/12/2014 – PC N.º 238/11, DATADO DE 30/06/2011 – ANTÓNIO MIGUEL COELHO
10. REQ. N. 1772/14, DATADO DE 20/11/2014 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO
11. REQ. N. 1958/14, DATADO DE 29/12/2014 – PC N.º 445/14, DATADO DE 29/12/2014 – TCC - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA.
12. REQ. N. 15/15, DATADO DE 07/01/2015 – PC N.º 234/00, DATADO DE 06/03/2000 – EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO
13. REQ. N. 1974/14, DATADO DE 31/12/2014 – PC N.º 352/14 , DATADO DE 15/10/2014 – ARMINDO NUNES MESQUITA
14. REQ. N. 35/15, DATADO DE 08/01/2015 – PC N.º 108/11 , DATADO DE 30/03/2011 – JOSÉ VIOLANTE MADEIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
15. REQ. N. 53/15, DATADO DE 15/01/2015 – PC N.º 88/11 , DATADO DE 16/03/2011 – EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO
16. REQ. N. 62/15, DATADO DE 16/01/2015 – PC N.º 220/14 , DATADO DE 19/06/2014 – SEVLAIRES - PLÁSTICOS, LDA.
17. REQ. N. 64/15, DATADO DE 19/01/2015 – PC N.º 443/14 , DATADO DE 26/12/2014 E PC N.º 220/12 , DATADO DE 24/07/2012 – NORMOLDE ESTRUTURAS PARA MOLDES E MOLDES LDA.
18. REQ. N. 1948/14, DATADO DE 23/12/2014 – PC N.º 152/11, DATADO DE 26/04/2011 – LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO
19. REQ. N. 48/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 15/2015, DATADO DE 13/01/2015 – MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO

20. E/7614/2014 - RECLAMAÇÃO SOBRE TERRENO EM TALHÕES – VIEIRA DE LEIRIA – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE
21. REQ. N. 1971/14, DATADO DE 30/12/2014 – PC N.º 623/2014, DATADO DE 30/12/2014 – ROSA DE JESUS DA CRUZ
22. REQ. N. 860/10, DATADO DE 16/04/2010 – PC N.º 219/07, DATADO DE 29/03/2007 – EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA.
23. REQ. N. 843/10, DATADO DE 04/04/2010– PC N.º 799/05, DATADO DE 14/11/2005 – ADRIANO BARBEIRO NETO E FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO
24. REQ. N. 30/15, DATADO DE 08/01/2015– PC N.º 7/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
25. REQ. N. 31/15, DATADO DE 08/01/2015– PC N.º 7/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
26. REQ. N. 32/15, DATADO DE 08/01/2015– PC N.º 8/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
27. REQ. N. 33/15, DATADO DE 08/01/2015– PC N.º 9/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
28. REQ. N. 34/15, DATADO DE 08/01/2015– PC N.º 10/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
29. REQ. N. 957/14, DATADO DE 25/06/2014 – PC N.º 227/14, DATADO DE 25/06/2014 – AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA
30. REQ. N. 42/15, DATADO DE 13/01/2015– PC N.º 11/15, DATADO DE 13/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
31. REQ. N. 43/15, DATADO DE 13/01/2015– PC N.º 12/15, DATADO DE 13/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
32. REQ. N. 44/15, DATADO DE 13/01/2015– PC N.º 13/15, DATADO DE 13/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
33. REQ. N. 71/15, DATADO DE 19/01/2015– PC N.º 18/15, DATADO DE 19/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

34. REQ. N. 1780/14, DATADO DE 20/11/2014 – PC N.º 497/2014, DATADO DE 22/10/2014 – ANTÓNIO JOSÉ ROLDÃO ALVES VIEIRA
35. SONAPLÁS – SOCIEDADE NACIONAL DE PLÁSTICOS, LDA – AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DO LOTE 10 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE
36. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2015.
37. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
38. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
39. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO DA RECEITA ARRECADADA POR CAIXA PELO SERVIÇO DE ÁGUAS E SANEAMENTO
40. ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA N.º 0035/00039217430 DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
41. ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA - 0035/00021860330 DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
42. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2014, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
43. RECEPÇÃO DEFINITIVA
44. DESIGN CENTER – SEMANA DO DESIGN DA MARINHA GRANDE 2014 - APOIO FINANCEIRO DO BANCO BIC PORTUGUÊS SA.
45. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE FEVEREIRO DE 2015
46. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO FOGO N.º 30, SITA NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE – DORA DE JESUS DA SILVA MARQUES – POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO

#### **47. RESUMO DE TESOUREARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

##### **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 – D. Fernanda Cardoso Neves, residente na Rua Prof. Mello Vieira, Bloco 9, 2.º Dt.º, Marinha Grande,** que expôs duas situações relativas à sua habitação social:

- buraco existente há cerca de 8 meses na casa de banho, e que já alastrou a outras divisões. Alertou os Srs. Vereadores da ação social e das obras, os técnicos da Câmara já foram à casa e tiraram fotos, só que nesta altura a situação agravou-se, porque caem bocados de cimento, o que constitui perigo;
- má vizinhança, com barulho provocado pelos inquilinos do andar superior, o que impede o seu descanso.

**2 – Miguel Bastos André, residente na Rua das Saudades, n.º 1, S. Pedro de Moel, Marinha Grande, representante da empresa Miguel Bastos André – Unipessoal, Ld.º (Murillo's Academy),** que referiu que a empresa que representa apresentou, no início do ano, um processo de cessação de IVA, pelo que deixou de ser empresário, encontrando-se numa situação profissional de desocupado. Em consequência disso, e a razão que o trouxe à reunião pública, é o contrato de concessão do campo de ténis e bar de apoio, em S. Pedro de Moel, cuja situação já expôs em carta de 05/06/2014, em que pede o deferimento da cessação do referido contrato de exploração e a anulação de penalizações por falta de pagamento de rendas, por na data já se encontrarem regularizadas. De seguida distribuiu cópia da referida carta a todos os membros do executivo, procedendo à leitura da mesma (E/4646/2014).

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** respondeu à D. Fernanda Neves, informando, relativamente às situações expostas, que, em conjunto com o Vereador Paulo Vicente, vão tentar intervir. Sobre a vizinhança informou que também já falou com a arrendatária, que é funcionária da Câmara, mas vai chamá-la novamente, embora reconheça que não vai ser fácil a mudança de comportamento. Em relação ao buraco referiu que não sabia que a situação era tão grave, e que não há falta de atenção aos pedidos dos munícipes, só que os pedidos, nomeadamente na habitação social, são muitos, porque o parque habitacional está velho e degradado.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que também já conversou com a vizinha da D. Fernanda, e que tentou sensibilizá-la, mas parece que não houve alteração de comportamento, pelo que vai tentar novamente. Referiu ainda que está a ser feito o levantamento de todas as necessidades do parque habitacional social, para depois se intervir, começando essa intervenção pelas situações que se afigurem prioritárias.

O **Sr. Presidente** referiu que também já atendeu a D. Fernanda, designadamente sobre a vizinhança, e o ideal seria que essa família, com 8 pessoas, fosse para uma casa maior, de acordo com a composição do seu agregado familiar.

Relativamente ao Sr. Miguel André, informou que o processo está a ser analisado, para que depois venha à reunião da Câmara, uma vez que está em causa a anulação de guias. Ainda não está em condições para ser votado hoje, mas virá o mais breve possível.



#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Presidente leu o documento cujo conteúdo se passa a reproduzir:

##### ***“ARQUIVAMENTO DE QUEIXA-CRIME APRESENTADA POR ALBERTO CASCALHO E OUTROS***

*Em 10 de fevereiro de 2011, a Câmara Municipal deliberou adjudicar a empreitada de “Reabilitação do antigo edifício da fábrica da resinagem”. Esta deliberação foi fundamentada na jurisprudência dos tribunais administrativos existente nessa data.*

*A empresa cuja proposta foi excluída apresentou um pedido de adoção de uma providência cautelar de suspensão de eficácia da deliberação de 10 de fevereiro de 2011, no dia 11 de março desse ano.*

*O pedido de providência cautelar foi rejeitado pelo Tribunal Administrativo de Leiria, em 11 de julho de 2011.*

*A ação principal interposta pela empresa, cuja proposta foi excluída, foi indeferida, por sentença de 23 de setembro de 2011, do Tribunal Administrativo de Leiria, mantendo-se expressamente a deliberação de exclusão da proposta em causa e a deliberação de adjudicação da obra.*

*O contrato foi visado pelo Tribunal de Contas, em 7 de setembro de 2011.*

*A Câmara Municipal entendeu que, após as duas decisões do Tribunal Administrativo de Leiria e a concessão de visto pelo Tribunal de Contas, estavam reunidas as condições para iniciar a execução da obra.*

*A obra foi consignada (iniciada) em 26 de setembro de 2011.*

*Neste enquadramento, foi apresentada uma queixa-crime por Alberto Cascalho e outros, amplamente noticiada na comunicação social local e regional.*

*Em comunicação à imprensa os queixosos afirmaram, em 2 de outubro de 2012, o seguinte:*

*“Os comportamentos e posturas do Sr. Presidente e dos eleitos do PS poderão indiciar negócios menos claros e levantam possíveis suspeições sobre a existência de favorecimentos neste processo.” (Jornal da Marinha Grande, de 04/10/2012, p. 4).*

*Posteriormente, em 6 de junho de 2013, foi noticiado que a “Polícia Judiciária investiga Resinagem”.*

*A Câmara Municipal apenas foi informada da existência de um inquérito através de comunicação da Polícia Judiciária, em 21 de janeiro de 2014.*

*A Câmara Municipal prestou todos os esclarecimentos que lhe foram requeridos.*

*A Polícia Judiciária efetuou todas as diligências que considerou pertinentes e ajustadas.*

*A Câmara Municipal não foi notificada da decisão tomada.*

*No entanto, em face do tempo decorrido e sendo importante esclarecer os resultados desse inquérito, encetámos diligências para apurar se o processo estava concluído.*

*O despacho de arquivamento do Ministério Público, datado de 26 de maio de 2014 é categórico:*

***“De facto, nenhum elemento foi carreado para os autos que nos permita concluir que a decisão tomada no concurso indicado na denúncia o tenha sido para beneficiar ou prejudicar alguém ou que tenha ocorrido fora dos trâmites legais aplicáveis.” (folha 255, do processo 954/12.4).***

*Aquando da entrega da queixa nos serviços do Ministério Público, amplamente difundida na comunicação social, tomei publicamente a seguinte posição:*

*Os queixosos “devem apresentar as provas que corroborem as suas afirmações gratuitas ou, em alternativa, apresentar um pedido público de desculpas pelas ofensas proferidas” (Diário de Leiria, de 21/11/2012).*

*Perante a clareza das conclusões da Polícia Judiciária e do Ministério Público fica demonstrado que a queixa apresentada por Alberto Cascalho e outros não tinha o mínimo fundamento.*

*Importa, pois, colocar uma questão: Como é que se eliminam os danos de imagem causados aos eleitos locais e aos trabalhadores camarários envolvidos no processo e, até, à própria imagem institucional do Município da Marinha Grande?*

*É inadmissível que se lancem suspeitas infundadas sobre eleitos locais e sobre trabalhadores camarários.*

*Da nossa parte fica a garantia de que nos pautamos por critérios de seriedade, honestidade e rigor e que nunca hesitámos, nem hesitaremos na defesa do bom nome da Marinha Grande, do Município, dos eleitos locais e dos trabalhadores camarários.*

*A política é uma atividade que deve ser exercida com responsabilidade e ética.*

*O Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Marques Pereira”*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Relativamente à D. Fernanda, acha conveniente que o Sr. Vereador Paulo Vicente se desloque ao local, para aferir a importância do assunto, e ela própria também gostaria de ir, sem que isso seja entendido como querendo imiscuir-se num pelouro que não é o seu.
- ⇒ Em relação ao Sr. Miguel André, da Murillo's Academy, referiu que não conhecia este pedido, e lamentou que nesta data ainda não tenha havido resposta, até porque não lhe parece uma questão difícil de analisar. Acha lamentável que o município tenha que se deslocar à reunião da Câmara para obter resposta a um pedido apresentado há quase 6 meses.
- ⇒ Sobre o documento lido pelo Sr. Presidente disse que ninguém se deve sentir impune, e havendo o mínimo de dúvida que seja, e a bem da imagem, deve ser esclarecido. Aquilo que foi apresentado não foi uma queixa mas sim uma participação a pedir que fosse esclarecido tudo, a bem de toda a verdade, e irá continuar a fazê-lo sempre, até porque agora ocupa funções públicas. Não foram só os Vereadores da CDU a ter dúvidas, falava-se em toda a Marinha Grande, e a bem da boa imagem da Câmara impunha-se este esclarecimento para arrumar de vez com todo o assunto. Reserva-se o direito de, eventualmente, fazer uma apreciação por escrito.
- ⇒ Educação – a CDU assumiu funções há cerca de um ano, e nos seus pelouros, nomeadamente na educação, foi feito um levantamento rigoroso da necessidade de intervenção nas escolas do concelho, em colaboração com o pelouro do Vereador Paulo Vicente, a quem agradeceu.
- ⇒ Turismo – o concelho tem condições belíssimas e quase únicas, e tem-se estado de costas viradas para as nossas praias e matas. Ao longo destes meses foi desenvolvido um trabalho que neste momento está concluído. Agora é urgente que todos se unam, independentemente do partido A ou B, porque este projeto tem um cariz nacional e até internacional. Para isso é preciso trabalhar em conjunto, tendo já abordado o assunto com o Sr. Presidente da Câmara e com todo o executivo permanente.

De seguida distribuiu a todos os membros do executivo uma brochura referente ao “Pinhal do Rei” e um dossier sobre o projeto turístico, de que se anexa um exemplar de cada à presente ata (**Anexo 1**), solicitando a colaboração de todos, com ideias que pretendam acrescentar ao projeto, pedindo que no próximo sábado estejam todos presentes na mata, para em conjunto fazerem o percurso, e para depois se sentarem todos à mesa para discutir ideias.

O **Sr. Presidente** disse que no próximo sábado não poderá ser, porque já está agendada uma visita promovida pela Assembleia de Freguesia de Vieira de Leiria, pelo que terá de ficar para o sábado seguinte.

**A Sr.ª Vereadora** disse que ficava então agendada para o sábado seguinte, referindo que este projeto visa aproveitar a mata, podendo vir a transformá-la em parque natural, com um percurso em autocarro, com paragens para diversas actividades, o que requer uma candidatura e a celebração de vários protocolos. O parque estaria aberto no Verão, mas o “Trilho do conhecimento” deveria ser todo o ano, para que as escolas pudessem visitar o parque. Está-se a tentar criar um projeto sustentável e permanente, pelo que pede a colaboração de todos, executivo e sociedade civil.

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Também trazia uma questão sobre habitação social, porque há fundos comunitários para reabilitação de centros históricos e para habitação social, que terminam em 31/01/2015. O IHRU tem 50 milhões de euros para os municípios que queiram reabilitar, são empréstimos por 30 anos, destinados a centros históricos e bairros sociais, e pretende saber se a Câmara pensou nisto e se vai aproveitar.
- ⇒ Esteve à conversa com o Presidente da Câmara de Leiria, que lhe disse que vai acabar a estrada de Casal Galego para Leiria e vai lá colocar uma placa com a indicação “Estradas do concelho de Leiria”, por isso pediu ao Sr. Presidente que se execute o bocado que falta, para que não haja diferença em relação à parte pertencente a Leiria.
- ⇒ Voltou a pedir a colocação da sinalética adequada a assinalar o artesanato de vidro, uma vez que o próprio artesão colocou lá uma placa feita por si.
- ⇒ **Referiu que ia assinalar dois momentos da reunião:**
  - Um momento baixo – o Sr. Presidente da Câmara disse que a queixa era de Alberto Cascalho e outros, que são os que agora fazem parte da coligação, por isso está confuso, porque aqueles que não fazem política com ética e têm que apresentar desculpas são os que fazem parte da coligação, por isso pergunta, temos ou não uma coligação coesa? Isto pareceu-lhe uma “facada” no coração da coligação, e deixa-o “atordoado”.
  - Um momento alto – finalmente alguém pensou na beleza e no aproveitamento da mata nacional. Congratula-se com a ideia da Sr.ª Vereadora Alexandra e está disposto para colaborar com o projeto dentro das suas possibilidades, assinando por baixo as suas palavras porque entende que é um bem para o concelho e até para o País.

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes saudou todos os Srs. Vereadores e todo o público presente, assim como os representantes da comunicação social, e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Habitação social – aflige-lhe a situação apresentada pela D. Fernanda, e perguntou se não seria possível a Sr.ª mudar para outra casa, em melhores condições.
- ⇒ Referiu que o desdobrável que foi distribuído está lindíssimo, as fotos são maravilhosas, e a nossa mata merece ser tratada desta forma. E voltou a insistir, como o já vem fazendo há muito, na necessidade da Câmara criar um gabinete de ligação e diálogo permanente com o ICNF. Este é um projeto transversal, e garantiu que podem contar com toda a colaboração do +Concelho, pois este é um bom passo para se olhar o Turismo com uma visão mais alargada.
- ⇒ De seguida entregou um requerimento, que se anexa à presente ata (**Anexo 2**), com questões sobre o seguinte:

1. TUMG – com o aumento de linhas e alterações nos trajetos verificaram-se algumas situações em que o serviço não corresponde às necessidades dos utentes.
2. Reciclagem – como se processa a reciclagem de materiais e equipamentos retirados das obras camarárias bem como dos contadores de água substituídos?
3. Escolas do ensino básico e secundário-transferência de competências – disse o seguinte:

*“Começo por um assunto polémico e altamente preocupante que é a chamada municipalização das escolas do ensino básico e secundário, com o projecto piloto das escolas municipais.*

*Aquilo que a administração Central está a pretender fazer com a transferência de cada vez mais competências para as Autarquias, sem os meios nem as verbas necessárias, não passa de uma forma de regionalização bastarda, feita à pressa, sem olhar a meios para atingir os fins do economicismo e do corte nas verbas para o ensino, à custa das autarquias e da qualidade de vida dos cidadãos.*

*Por exemplo, relativamente à gestão de professores, na proposta de contrato enviada às autarquias em meados de 2014, previa-se a possibilidade de serem deslocados docentes entre as escolas do concelho, e o município receberia uma espécie de bónus financeiro, se conseguisse reduzir o número de professores!*

*Esta municipalização, com a possibilidade de criação de currículos próprios por concelho e redução professores com direito a bónus, constituirá uma regressão, uma desqualificação no ensino, destruindo o seu carácter universal e o nível de qualidade a que se conseguiu chegar com a escola pública.*

*Sobre este assunto, gostaria de ser informada sobre a documentação ou propostas que a Câmara já recebeu e qual a opinião ou posição do executivo sobre a resposta a dar.”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** respondeu a esta questão, que considera gravíssima, informando que os autarcas da CDU reuniram em Lisboa, para lhes ser explicado o projecto, e é frontalmente contra, desta forma jamais, e sabe que o

próprio Presidente da Câmara também é contra. Receber dinheiro por cada professor despedido é aberrante, e será sempre contra a municipalização do ensino.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ A situação da D. Fernanda é uma situação difícil, para ela e para a Câmara, uma vez que os 8 meses é um tempo longo para um assunto desta dimensão. Percebeu que os dois Vereadores sabem do assunto e que se irão empenhar para o resolver.
- ⇒ Em relação ao Sr. Miguel André, disse que não conhecia o processo e que lhe parece um absurdo que o assunto ainda não tenha sido resolvido em 7 meses, e mesmo que a situação fosse de difícil resolução já deveria ter tido uma decisão. É sistemática a conversa sobre os prazos e os tempos para a resolução dos assuntos.
- ⇒ Texto do Sr. Presidente – não estava cá nessa altura, e o que sabe foi o que leu na comunicação social. Tem uma dúvida: foi uma queixa-crime, como o Sr. Presidente refere, ou foi uma participação?

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** esclareceu e disse que foi uma participação, em que se elencavam os factos e se pedia uma investigação.

O **Sr. Vereador** prosseguiu, referindo que o Sr. Vereador António Santos, que conhecia o processo, diz que está “atordoado”, então todos os outros que não o conheciam estão completamente “à toa”. Por isso deixou mais duas questões:

- Se o processo foi arquivado em maio de 2014 porque é que só veio à Câmara agora?
- Para quando a resolução do problema da reparação das obras da Resinagem?

- ⇒ Sobre a intervenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, disse que sempre viveu a nossa mata durante todo o ano, fazendo as suas caminhadas e disfrutando dela sempre que pode, e por isso não podia estar mais de acordo com este projeto, que pede que seja integrado num projeto estratégico global para o turismo no concelho.
- ⇒ Felicitou o marinhense João Colaço pelo extraordinário feito de ter concluído a The Spine Race na 17.ª posição, em 154 horas e 15 minutos. Esta ultramaratona consiste em correr 238 milhas (431 Km) em semi-suficiência, em que tinham apenas 5 postos de controlo ao longo da prova. É disputada no centro de Inglaterra até à Escócia, e considerada uma das mais duras da Europa devido às condições meteorológicas extremas, sobretudo às baixas temperaturas, com chuva, neve e vento com uma intensidade brutal, de tal modo que há momentos em que os atletas são levados pelo vento.  
Esta é a primeira vez que um português percorreu mais do que 336km em provas de uma só etapa. É um orgulho para a nossa terra e um exemplo de que com esforço, dedicação e muita disciplina tudo se consegue.

Porque é uma atleta que leva o nome de Portugal e da Marinha Grande a todo o mundo, e sabendo que é um atleta amador com elevados custos para participar nestas provas, propôs que se faça uma homenagem pública e que o executivo encontre uma forma de apoiar, subsidiar ou patrocinar este marinhense chamando-o à Câmara e discutindo de que forma legal pode ser demonstrada essa ajuda.

- ⇒ Enalteceu a jovem marinhense **Maria Miguel Carlos**, por ter sido distinguida com o prémio Top in the World pela Universidade de Cambridge. A Maria Miguel foi considerada a melhor do mundo na disciplina de Gestão Ambiental, entre 9.000 escolas de 160 países.
- ⇒ **Camiões no centro da Marinha** – disse que diversos munícipes o têm alertado para a movimentação de camiões no centro da Marinha. Ainda esta semana viu um camião de matrícula espanhola, que chegou praticamente ao café Cristal, e sem que dali pudesse continuar teve de fazer marcha atrás até à Segurança Social. Recomendou que seja colocada sinalização adequada de modo a evitar que estes camiões cheguem ao centro, por onde não podem depois passar.
- ⇒ Na passada sexta-feira houve um **incêndio no edifício do salão de chá do Parque Mártires do Colonialismo**. Já por diversas vezes aqui alertou para a situação em que se encontram os edifícios do Parque, com níveis de vandalismo elevado e más práticas dentro dos mesmos. Já deveriam ter sido tomadas medidas, mas como tal não foi feito, recomendou que urgentemente se intervenha de modo a que aqueles edifícios não se tornem inúteis a breve prazo.
- ⇒ Relativamente à atribuição de apoios e subsídios em 2014, e conforme solicitou anteriormente em **requerimento de 17 de dezembro**, que ainda não obteve resposta, disse que gostaria de receber a lista de candidaturas apresentadas, as candidaturas aceites e os apoios e subsídios atribuídos durante o ano 2014.
- ⇒ Relativamente à **exoneração do chefe de divisão, Dr. Pedro Jerónimo**, questionou:
  - a) qual o ponto de situação;
  - b) se ele vai continuar a exercer funções na mesma unidade orgânica;
  - c) quem vai ocupar o seu lugar.

Dado que na última reunião não foi dada uma explicação concreta para o motivo da exoneração, **solicitou que lhe seja facultada cópia do despacho e dos fundamentos que o justificam, bem como dos demais documentos constantes do processo, designadamente os que possam ter resultado da audiência dos interessados.**

**O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Referiu que ficou surpreendido com a **intervenção do Sr. Presidente**, não pelo direito que lhe assiste, mas pelo conteúdo da mesma. Esta intervenção coloca alguns riscos e os habitantes da Marinha Grande poderão sair prejudicados de situações menos ponderadas, que poderão ter resultado de uma veia política mais turbulenta que o rodeia, é uma infantilidade em termos políticos e é perigoso, porque os políticos são maduros. Vão ponderar, porque têm que estar acima destas

Infantilidades. Respondendo ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira informou que não foi uma queixa-crime, foi uma participação dos Vereadores da CDU, que tiveram dúvidas sobre a legalidade de alguns aspetos, assim como o PS também apresentou uma participação ao Ministério Público. Ainda bem para os marinhenses que o Ministério Público não encontrou qualquer ilegalidade.

Compreende que o Sr. Presidente sinta necessidade de esclarecer, mas como estão num compromisso, tem que haver uma partilha de atuação, solidariedade, e aqui não houve, não tem medo de o dizer, e a verdade é que não havia necessidade. Os radicalismos e infantilidades que se verificaram em tempos voltaram, e porque os marinhenses poderão ser prejudicados referiu que têm que conversar. Disse que os Vereadores da CDU não têm que pedir desculpas, assim como o PS também não, uma vez que aquilo que aconteceu foi tão só uma luta política. Situações como estas não ajudam a resolver os problemas da Marinha Grande, e é para isso que aqui estão.

- ⇒ Informou que o requerimento do Sr. Vereador Aurélio Ferreira ainda não foi respondido porque a DCD está com alguns problemas e instabilidade, mas espera responder na próxima semana.
- ⇒ Relativamente às questões sobre a chefia da DCD, a decisão cabe ao responsável pela área de recursos humanos.

**O Sr. Vereador Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte:**

- ⇒ Fundos para habitação social – No quadro 2020 a Câmara reportou a habitação social no caso da sustentabilidade energética, assim como para as escolas. Não sabe se será como o Sr. Vereador António Santos refere ou se os fundos serão para a habitação social do IHRU, e neste caso a Câmara já não tem porque foram todas transferidas.
- ⇒ Estrada da Rua do Repouso, Casal Galego – o projeto está elaborado, não houve acordo com o proprietário, a parte da estrada pertencente à Câmara da Marinha Grande não está tão má como a de Leiria, contudo não está esquecida e irá ser feita.
- ⇒ Alterações na TUMG – a remodelação dos percursos encontra-se numa fase experimental, no primeiro mês, e depois serão feitos os ajustamentos, alguns dos quais até já foram feitos.
- ⇒ Contadores de água retirados – são recolhidos, armazenados, os que têm reparação são reparados e utilizados novamente, os restantes ficam em lotes para alienar ou trocar por outros.
- ⇒ Materiais das obras municipais – são colocados a vazadouro por conta das próprias empresas a quem são adjudicadas as empreitadas, situação que se encontra prevista nos respetivos cadernos de encargos.
- ⇒ Café do Parque Mártires – sabe que foram lá queimados alguns materiais, mas a Câmara está atenta à situação, o bar já foi concessionado e têm vindo a ser substituídos os bancos, papeleiras e mesas que estavam degradados.

- ⇒ Projeto apresentado pela Sr.ª Vereadora Alexandra – já tinha sido apresentado ao executivo permanente, a Câmara abraça-o e vai apoiá-lo, assim como também apoia os percursos pedestres de Vieira de Leiria.
- ⇒ D. Fernanda – irá ver a habitação da Sr.ª, porque da parte da Câmara não há falta de sensibilidade para resolver o problema, mas sim falta de dinheiro para acudir a todas as situações que são necessárias, daí que tenham que ser priorizadas.
- ⇒ Declaração do Sr. Presidente – agradeceu pelo facto de esta questão ter sido levantada, e esclareceu que não foi o PS mas a própria Câmara que enviou todo o processo para o Ministério Público. Agradece porque a atividade da Câmara é escrutinada pelo executivo, pela Assembleia Municipal e pelos próprios munícipes, e se o for também pelos Tribunais tanto melhor. Na altura a comunicação social empolou o assunto, levantou suspeições, designadamente sobre si, e como não sabia do resultado das investigações nem sequer se pode defender da mesma forma na comunicação social. O assunto veio agora à reunião porque só recentemente a Câmara tomou conhecimento do despacho de arquivamento. Considera lamentável que a própria comunicação social, quando soube do resultado, não tenha vindo dar notícia com a mesma ênfase, dizendo que estava tudo bem.

**O Sr. Presidente referiu o seguinte:**

- ⇒ Relativamente ao documento que apresentou, disse que não vai aqui comentar algumas das intervenções, e informou que foi a Câmara que teve de procurar o resultado das investigações, porque como não foi constituída arguida não tinha que ser notificada. Quando conheceu o resultado pediu a divulgação pública deste arquivamento, como não foi feito hoje apresentou esta declaração. Na altura o “Jornal da Marinha Grande” fez capa consigo e com o Sr. Vereador Paulo Vicente, dizendo que estavam a ser investigados, pelo que ficaria de mal com a sua consciência se hoje não fizesse esta declaração, de que não se arrepende.
- ⇒ Sobre o pedido do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, relativo ao processo de exoneração do Chefe da DCD, informou que o mesmo se encontra em fase de audiência prévia, e que as alegações foram apresentadas no início desta semana, pelo que não dirá mais nada sobre este assunto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:25 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 1, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2015**

20 - Presente a ata n.º 1, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 08 de janeiro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N. 1860/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 374/14, DATADO DE 28/10/2014 – JOAQUIM DA SILVA CARVALHO**

21 - Presente requerimento n.º 1860/14, datado de 2014/12/04, constante do processo camarário n.º 374/14, subscrito por **JOAQUIM DA SILVA CARVALHO**, com o NIF 116972920, residente na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Ampliação de moradia unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.506, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.370.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/01/05, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Ampliação de moradia unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.506, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.370, com o número de processo 374/14, com data de entrada em 2014/10/28, apresentado por JOAQUIM DA SILVA CARVALHO, com o NIF 116972920, residente na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do já citado art. 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

**4 - REQ. N. 1842/14, DATADO DE 02/12/2014 – PC N.º 424/14, DATADO DE 02/12/2014 – FAUSTO ALMEIDA, LDA.**

22 - Presente pedido com o registo n.º 1842/14, datado de 02/12/2014 relativo a licenciamento de **obras de alteração para instalação de uma clínica dentária**, nas frações “D” e “G” do edifício constituído em propriedade horizontal, sito na Rua das Portas Verdes, n.º 11, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8185 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19506, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/14, com data de entrada de 02/12/2014, apresentado por **FAUSTO ALMEIDA, LDA.**, com o NIPC 506757188, com sede no aldeamento Santa Clara II, rua da Quinta, lote 99, 3.º Dto, freguesia de Parceiros e Azóia e concelho de Leiria;  
Presente informação técnica, datada de 12/01/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de alteração para instalação de uma clínica dentária, nas frações “D” e “G” do edifício constituído em propriedade horizontal, sito na Rua das Portas Verdes, n.º 11, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8185 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19506, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/14, com data de entrada de 02/12/2014, apresentado por **FAUSTO ALMEIDA, LDA.**, com o NIPC 506757188, com sede no aldeamento Santa Clara II, rua da Quinta, lote 99, 3.º Dto, freguesia de Parceiros e Azóia e concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 1876/14, DATADO DE 05/12/2014 – PC N.º 361/12, DATADO DE 30/11/2012 – SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

23 - Presente pedido com o registo n.º 1876/14, datado de 05/12/2014 relativo a **legalização de alterações e ampliação de edifício destinado a sede da coletividade**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19616 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19043, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 361/12, com data de entrada de 30/11/2012, apresentado por **SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**, com o NIPC 501623906, com sede na rua Principal, n.º 39, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 08/01/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura elaborado em conformidade com as normas e regulamentos legais aplicáveis, estando o processo em condições de ser deferido, com o condicionalismo de apresentação dos projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto- Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações e ampliação de edifício destinado a sede da coletividade, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19616 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19043, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 361/12, com data de entrada de 30/11/2012, apresentado por **SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DE DEZEMBRO**, com o NIPC 501623906, com sede na Rua Principal, n.º 39, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Delibera igualmente informar que por se tratar da legalização de uma obra já executada, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal , nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 10/15, DATADO DE 06/01/2015 – PC N.º 388/13, DATADO DE 18/10/2013 – VENCESLAU LOLA FERREIRA**

24 - Presente pedido com o registo n.º 10/15, datado de 06/01/2015 relativo a **licenciamento (legalização) de alterações** efetuadas e **pedido de emissão de certidão de constituição de propriedade horizontal** no conjunto edificado situado no Largo Combatentes da Grande Guerra, n.º 14 a 20, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.696 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.583, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 388/13, com data de entrada de 18/10/2013, apresentado por **VENCESLAU LOLA FERREIRA** com o NIF 154415839, residente na Rua dos Vidreiros, n.º 2-6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 06/03/2014;

Presente informação técnica, datada de 08/01/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 09/01/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento e legalização de alterações efetuadas no conjunto edificado situado no Largo Combatentes da Grande Guerra, n.º 14 a 20, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.696 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.583, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 388/13, com data de entrada de 18/10/2013, apresentado por **VENCESLAU LOLA FERREIRA** com o NIF 154415839, residente na Rua dos Vidreiros, n.º 2-6, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

**EMITIR** a certidão de constituição de propriedade horizontal requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º deste diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 1864/14, DATADO DE 04/12/2014 – PC N.º 120/14, DATADO DE 14/04/2014 – MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU**

25 - Presentes requerimentos, com registos de entrada n.º 1266/14 e n.º 1864/14, datados de 2014/08/25 e de 2014/12/04, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 120/14, referentes a pedido de **licenciamento de obras de construção de anexo e licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia**, sita na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, que incide sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.889 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8.771, apresentado por **MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU**, com o NIF 184055652, residente na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo em reunião de Câmara Municipal de 2014/06/05.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2014/12/15, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade em condições para que a Câmara Municipal tome decisão final sobre o pedido de licenciamento;

Presente parecer técnico datado de 2015/01/15, que atesta ter sido assegurado o cumprimento do condicionalismo de aprovação do projeto de arquitetura.

**Após a análise do processo n.º 120/14, registado em 2014/04/14, referente a pedido de licenciamento de obras de construção de anexo e licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua de Angola, n.º 110, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, que incide sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.889 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8.771, apresentado por MARIA TERESA CARREIRA NICOLAU, com o NIF 184055652, residente na Rua de Angola, n.º 110, lugar de**

Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo em reunião de Câmara Municipal de 2014/06/05 e considerando os pareceres que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 19/15, DATADO DE 07/01/2015 – PC N.º 22/15, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS**

26 - Presente requerimento n.º 19/15, datado de 2015/01/07, constante do processo camarário n.º 22/14, apresentado por **RODRIGO ALVES LAVOS**, com o NIF 125683120, com residência na Rua Principal, n.º 25, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto aprovado por deliberação tomada em reunião camarária datada de 2014/11/28, referente ao licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo*” existentes, incidente sobre um prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.774, da freguesia e concelho de Marinha Grande, reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, previsto no Código Civil. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/01/09, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

**Após análise do pedido de emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto aprovado por deliberação tomada em reunião camarária datada de 2014/11/28, referente ao licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de habitação,***

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

**comércio e anexo” existentes, incidente sobre um prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.774, da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 22/14, com data de entrada em 2014/01/22, apresentado por RODRIGO ALVES LAVOS, com o NIF 125683120, com residência na Rua Principal, n.º 25, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir e mandar emitir a certidão requerida, comprovativa de que o edifício reúne os requisitos, em projeto, para ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N. 1884/14, DATADO DE 09/12/2014 – PC N.º 238/11, DATADO DE 30/06/2011 – ANTÓNIO MIGUEL COELHO**

27 - Presentes requerimentos com registo n.º 1643/14 e n.º 1884/14, datados de 2014/10/29 e de 09/12/2014, respetivamente, referentes ao processo n.º 238/11, relativos ao pedido de **licenciamento da obra de construção de moradia e muro de vedação**, no prédio sito na Rua Principal, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19236-P, apresentado por **ANTÓNIO MIGUEL COELHO**, com o NIF 110201361, residente em Rua Quinta da Areia, n.º 54, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos em reunião de câmara de 2014/02/20;

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos, emitida em 31/07/2013 pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, com o n.º AUT-2013-0084, válida até 31/07/2015, referente à construção de moradia e muros de vedação no prédio sito na Rua Principal – Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 2015/01/06, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 2015/01/09, que atesta terem sido cumpridos os condicionalismos presentes na deliberação de aprovação do projeto de arquitetura.

**Após a análise do pedido de licenciamento da construção de uma moradia e muros de vedação, no prédio sito na Rua Principal, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19236-P, apresentado por**

ANTÓNIO MIGUEL COELHO, com o NIF 110201361, residente em Rua Quinta da Areia, n.º 54, lugar de Casal de Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado com condicionalismos, já cumpridos, em reunião de câmara de 2014/02/20 e considerando a Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, com o n.º AUT-2013-0084, em 31/07/2013, válida até 31/07/2015, referente à construção de moradia e muros de vedação no prédio sito na Rua Principal – Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como os pareceres técnicos datados de 2015/01/06 e de 2015/01/09, que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

1- Nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo com os seguintes condicionalismos:

- a) Instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro;
- b) Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- c) Ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas, às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem residuais domésticas existentes no arruamento que serve o prédio, mediante apresentação de pedido solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento.

2- Informar o requerente do seguinte:

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- b) A Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos deverá estar válida aquando da emissão do alvará de licenciamento, bem como durante o período de vigência do mesmo.
- c) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- d) Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços de fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1772/14, DATADO DE 20/11/2014 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO

28 - Presente requerimento n.º 1772/14, datado de 2014/11/20, constante do processo camarário n.º 184/14, subscrito por ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, com o NIF

113638914, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia”* existente, incidente sobre dois prédios, um rústico e outro urbano, sitos na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 115 e 19670, e inscritos, respetivamente, na matriz predial rústica sob o artigo número 8800 e na matriz predial urbana sob o artigo número 7157, ambos da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2015/01/15, relativo aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia”*, existente, incidente sobre dois prédios, um rústico e outro urbano, sitos na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 115 e 19670, inscritos, respetivamente, na matriz predial rústica sob o artigo número 8800 e na matriz predial urbana sob o artigo número 7157, ambos da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 184/14, com data de entrada em 2014/05/30, apresentado por ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, com o NIF 113638914, residente na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1958/14, DATADO DE 29/12/2014 – PC N.º 445/14, DATADO DE 29/12/2014 – TCC - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA.

29 - Presente pedido com o registo n.º 1958/14, datado de 29/12/2014 relativo a **legalização de alterações e ampliação de um edifício industrial**, sito na Rua Catarina Eufémia, n.º 39, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1891 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17767, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 445/14, com data de entrada de 29/12/2014, apresentado por **TCC - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA.**, com o NIPC 502 917 105, com sede na Rua Catarina Eufémia, n.º 39, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 16 de janeiro de 2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações e ampliação de um edifício industrial**, sito na Rua Catarina Eufémia, n.º 39, Amieirinha, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1891 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17767, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 445/14, com data de entrada de 29/12/2014, apresentado por **TCC - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA.**, com o NIPC 502 917 105, com sede na Rua Catarina Eufémia, n.º 39, Amieirinha, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 – Tratando-se de legalização de obras já efetuadas, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 15/15, DATADO DE 07/01/2015 – PC N.º 234/00, DATADO DE 06/03/2000 – EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**

30 - Presente pedido com o registo n.º 15/15, datado de 07/01/2015, apresentado por **EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**, com o NIF 145 583 384, residente na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho da Marinha Grande, contendo as alegações formuladas em sede de **audiência prévia**, concedida por deliberação de Câmara datada de

11/12/2014, relativa à proposta de **declaração de caducidade** da deliberação tomada em reunião de Câmara de 21/02/2008, que aprovou o projeto de alterações apresentado com o requerimento n.º 1883/04, de 02/06/2004, relativo à **legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local)**, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70896 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4419, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 234/00;

Presente informação técnica, datada de 07/01/2015, que confirma encontrar-se satisfeito o condicionalismo expresso na deliberação de Câmara de 21/02/2008, relativo à apresentação dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), pelo facto de se verificar que tais alterações não implicaram qualquer modificação aos projetos de especialidade constantes no processo inicial, aprovado a 14/02/2002, cujo alvará de licença de obras de construção, com o n.º 696/2002, foi emitido a 28/10/2002, propondo a aceitação das alegações apresentadas e a aprovação do processo, nos termos do artigo 23.º do RJUE.

A Câmara Municipal analisou os elementos constantes do pedido, e considerando que:

1.- O interessado, **EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**, com o NIF 145 583 384, residente na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitou a 06/03/2000, a **legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local)**, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70.896 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 4419;

2.- A Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em reunião de Câmara de 21/02/2008, ficando o deferimento do processo condicionado à apresentação, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de junho;

3.- O interessado foi notificado, a 04/03/2008, pelo ofício n.º 470 de 03/03/2008, da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura;

4.- Os projetos das especialidades deveriam ter sido apresentados pelo interessado no prazo de seis meses a contar do dia seguinte ao da receção do ofício referido em 3, ou seja, até ao dia 05/09/2008, o que não ocorreu;

5.- A Câmara, na sua reunião de 11/12/2014 deliberou notificar, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA, o interessado, **EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO**, da intenção de declaração da caducidade da deliberação de Câmara que aprovou, a 21/02/2008, o projeto de alterações ao seu imóvel, sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, por não ter sido dada, atempadamente, satisfação aos condicionalismos patentes nesta deliberação;

6.- O interessado foi notificado a 18/12/2014, pelo ofício n.º 1333/14, datado de 15/12/2014, do teor da deliberação de Câmara de 11/12/2014;

7.- Pelo requerimento n.º 15/15, cuja entrada na Câmara foi registada a 07/01/2015, dentro do prazo concedido no âmbito da audiência prévia, deliberada em reunião de Câmara de 11/12/2014, o interessado veio apresentar as suas alegações quanto às razões de não ter

entregue projetos de especialidade relativos ao processo de alterações aprovado pela deliberação de Câmara de 21/02/2008;

8.- De acordo com informação técnica elaborada a 7/01/2015, as alegações apresentadas pelo interessado permitem esclarecer que as alterações a que se reporta o processo relativo à deliberação de 21/02/2008 não carecem de projetos de especialidade, estando por isso cumprido o condicionalismo estabelecido na reunião de Câmara de 21/02/2008;

9.- O processo reúne, assim, as condições para ser deferido, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de junho.

**Delibera:**

**ACEITAR** as alegações constantes no requerimento n.º 15/15, datado de 07/01/2015, apresentadas por EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO, com o NIF 145 583 384, residente na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentadas em sede de audiência prévia, concedida por deliberação de Câmara datada de 11/12/2014 ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do CPA, relativas à proposta de declaração de caducidade da deliberação tomada em reunião de Câmara de 21/02/2008, que aprovou o projeto de alterações apresentado com o requerimento n.º 1883/04, de 02/06/2004, referente à legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local), sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70896 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4419, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 234/00, por se verificar não existir necessidade de apresentação dos projetos de especialidades requeridos;

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de junho, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações num edifício destinado a estabelecimento de restauração e bebidas, habitação e casa de hóspedes (alojamento local), sito na rua D. Fernando I, n.º 19, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 70896 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4419, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 234/00, apresentado por EMÍLIO JOSÉ JESUS RATO, com o NIF 145 583 384, residente na Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 102, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura, com o requerimento n.º 1883/04 de 02/06/2004, foi aprovado em reunião de câmara de 21/02/2008.

**Mais delibera** informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará de legalização, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a

concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, por se tratar de um processo de legalização.

3.- De acordo com o disposto no artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 1974/14, DATADO DE 31/12/2014 – PC N.º 352/14 , DATADO DE 15/10/2014**  
**– ARMINDO NUNES MESQUITA**

31 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1974/14, datado de 31/12/2014, apresentado por **ARMINDO NUNES MESQUITA**, com o NIF 105307734, com morada em Avenida 1.º de Maio - Bairro Mesquita, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração licenciadas (legalizadas) no âmbito do processo n.º 352/14 e tituladas pelo alvará de licença de Legalização n.º 102/14, emitido em 29/12/2014.

Presente parecer técnico datado de 05/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **ARMINDO NUNES MESQUITA**, com o NIF 105307734, com morada em Avenida 1.º de Maio - Bairro Mesquita, lugar de Estação, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) **Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N. 35/15, DATADO DE 08/01/2015 – PC N.º 108/11 , DATADO DE 30/03/2011 –  
JOSÉ VIOLANTE MADEIRA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

32 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 35/15, datado de 08/01/2015, subscrito por **DORINDA FERNANDES MOREIRA**, com o NIF 127228500, com morada em Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 50, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de cabeça de casal da herança indivisa aberta por óbito de **JOSÉ VIOLANTE MADEIRA**, com o NIF da Herança 709457316, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi legalizada no âmbito do processo n.º 108/11 e titulada pelo alvará de licença de Legalização n.º 24/13, emitido em 09/04/2013.

Presente parecer técnico datado de 12/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 50, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança indivisa aberta por óbito de **JOSÉ VIOLANTE MADEIRA**, com o NIF da Herança 709457316, representada por **DORINDA FERNANDES MOREIRA**, com o NIF 127228500, com morada em Rua Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, n.º 50, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

**15 - REQ. N. 53/15, DATADO DE 15/01/2015 – PC N.º 88/11 , DATADO DE 16/03/2011 –  
EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO**

33 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 53/15, datado de 15/01/2015, apresentado por **EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO**, com o NIF 161467440, com morada em Rua Moinho do Guerra, n.º 12, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada (legalizada) no âmbito do processo n.º 88/11 e titulada pelo alvará de licença de Legalização n.º 49/13, emitido em 18/04/2013.

Presente parecer técnico datado de 15/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Moinho do Guerra, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **EDUARDO GABRIEL DUARTE ANTÓNIO**, com o NIF 161467440, com morada em Rua Moinho do Guerra, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - REQ. N. 62/15, DATADO DE 16/01/2015 – PC N.º 220/14 , DATADO DE 19/06/2014 –  
SEVLAIRES - PLÁSTICOS, LDA.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

34 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 62/15, datado de 16/01/2015, apresentado por **SEVLAIRES - PLÁSTICOS, LDA.**, com o NIPC 502320555, com sede em Rua Nova do Moinho de Cima, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de legalização de alteração e ampliação, tituladas pelo alvará de obras de legalização da alteração e ampliação n.º 75/14, emitido em 22/08/2014.

Presente parecer técnico datado de 16/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Nova do Moinho de Cima, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SEVLAIRES - PLÁSTICOS, LDA., com o NIPC 502320555, com sede em Rua Nova do Moinho de Cima, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - REQ. N. 64/15, DATADO DE 19/01/2015 – PC N.º 443/14 , DATADO DE 26/12/2014 E PC N.º 220/12, DATADO DE 24/07/2012 – NORMOLDE ESTRUTURAS PARA MOLDES E MOLDES LDA.**

35 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 64/15, datado de 19/01/2015, apresentado por **NORMOLDE ESTRUTURAS PARA MOLDES E MOLDES LDA.**, com o NIPC

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

501669140, com sede em da Rua Áustria, Lote 11, Zona Industrial do Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de legalização de ampliação e execução de obras de ampliação, tituladas pelo comprovativo de admissão de comunicação prévia de obras de legalização e ampliação emitido em 11/09/2012, no âmbito do processo n.º 210/12, e obras de alteração e ampliação, tituladas pelo comprovativo de admissão de comunicação prévia de obras de ampliação e alteração emitido em 14/01/2015, no âmbito do processo n.º 443/14.

Presente parecer técnico datado de 19/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da Áustria, Lote 11, Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade do Banco Comercial Português, S.A., sobre o qual incide contrato de locação financeira cujo locatário é NORMOLDE ESTRUTURAS PARA MOLDES E MOLDES LDA., com o NIPC 501669140, com sede em da Áustria, Lote 11, Zona Industrial do Casal da Lebre, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1948/14, DATADO DE 23/12/2014 – PC N.º 152/11, DATADO DE 26/04/2011 – LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO

36 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1948/14, datado de 23/12/2014, apresentado por **LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO**, com o NIF 190261927, com morada em da Quinta da Barroca Alta, freguesia de Videmonte e concelho de Guarda, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração e ampliação, tituladas pelo alvará de obras de construção n.º 2/13 emitido em 16/01/2013, no âmbito do processo n.º 152/11, com data de entrada 26/14/2011

Presente parecer técnico datado de 19/01/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Beco das Chedas, n.º 2, lugar de Boco, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade LUIS MANUEL PACHECO BRANQUINHO, com o NIF 190261927, com morada em da Quinta da Barroca Alta, freguesia de Videmonte e concelho de Guarda, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - REQ. N. 48/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 15/2015, DATADO DE 13/01/2015 – MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO**

37 - Presente requerimento registado sob o n.º 48/15, datado de 13/01/2015, apresentado por **MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO**, com o NIF 150703678, residente em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, é solicitada uma vistoria

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

ao seu imóvel, face à alegada existência de infiltrações provenientes da fração correspondente ao primeiro andar direito, de modo a que possam ser aferidas as condições de habitabilidade da sua fração e a eventual existência de situações reais de perigo eminente.

Presente parecer dos serviços, datado de 13/01/2015, sobre o assunto.

**Após análise pedido e da informação datada de 13/01/2015, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C. Dt.º, propriedade de MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO, com o NIF 150703678, residente em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.**

**DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 02/02/2015, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:**

**Membros efetivos:**

**Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheiro Vasco Fernandes**

**Membros suplentes:**

**Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Dra. Eunice Marques**

**NOTIFICAR o proprietário da fração confinante, Silvino de Jesus Rosa, da realização da vistoria, convocando-o para estar presente na mesma, dado que, alegadamente, os problemas na fração da requerente resultam de infiltrações provenientes do seu imóvel. INFORMAR a requerente, proprietária do imóvel, bem como o proprietário da fração confinante, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - E/7614/2014 - RECLAMAÇÃO SOBRE TERRENO EM TALHÕES – VIEIRA DE LEIRIA – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SALUBRIDADE**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

38 - Presente requerimento registado sob o n.º E/7614/2014, datado de 25/09/2014, apresentado por CARLOS MANUEL PIMENTA PEDROSA, com o NIF 179747533, residente em Rua José Pereira Inácio, n.º 4, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a dar conta da existência de um terreno, confinante com a sua habitação, *que “está a servir de depósito de: ferro velho, materiais de construção, muita madeira, lixo das construções, para não falar de bicharada, como por exemplo ratos.”*.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 03/10/2014, sobre o assunto.

Presente parecer dos serviços de proteção civil, datado de 06/11/2014, sobre o assunto.

Presente parecer da Divisão Jurídica e de Contratação, sobre a pertinência da realização de vistoria prévia a qualquer tomada de decisão.

**Após análise pedido e da informação datada de 13/01/2015, a Câmara Municipal delibera:**  
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua José Pereira Inácio, propriedade de ELPIDIO CARNIDE, residente em Rua da Ermida, n.º 32102425-078 Serra de Porto do Urso, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 02/02/2015, pelas 11h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Vasco Fernandes

**Membros suplentes:**

Engenheiro Jorge Junqueira

Arquiteto Alexandre Fava

Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR o reclamante, proprietário do imóvel confinante com o terreno, Carlos Manuel Pimenta Pedrosa, da realização da vistoria.

INFORMAR o requerente, bem como o proprietário do terreno, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - REQ. N. 1971/14, DATADO DE 30/12/2014 – PC N.º 623/2014, DATADO DE 30/12/2014**  
**– ROSA DE JESUS DA CRUZ**

39 - Presente requerimento registado sob o n.º 1971/14, datado de 30/12/2014, em apreço, apresentado por **ROSA DE JESUS DA CRUZ**, com o NIF 105775550, residente em Rua das Portas verdes, n.º 31, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria ao telhado e à chaminé do prédio onde habita, de forma a verificar as condições de higiene, segurança e salubridade, face à incomodidade sentida por fumos/gases oriundos das condutas de lareiras.

Presente parecer dos serviços, datado de 19/01/2015, sobre o assunto.

**Após análise pedido e da informação datada de 19/01/2014, a Câmara Municipal delibera:**  
**Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua das Portas Verdes, n.º 31, freguesia e concelho de Marinha Grande, designadamente às frações correspondentes ao rés-do-chão direito, cuja proprietária será a Sra. Venilde Ascenço, ao primeiro andar direito, cujo proprietário será o S. João Manuel da Costa, e aos segundo andar direito, propriedade de Rosa da Jesus da Cruz, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.**  
**DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 05/02/2015, pelas 9h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:**

**Membros efetivos:**

**Engenheiro Jorge Junqueira**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Dra. Eunice Marques**

**Membros suplentes:**

**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Engenheiro Vasco Fernandes**

**INFORMAR a requerente, os proprietários das frações correspondentes ao rés-do-chão direito e ao primeiro andar direito e a sociedade responsável pela administração de condomínio que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.**

**COMUNICAR a realização da vistoria à Unidade de Saúde Pública da Marinha Grande, convidando a entidade a designar um técnico que compareça à mesma, tendo em conta**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

as competências da entidade e a sua anterior intervenção em reclamações anteriores respeitantes à questão objeto da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - REQ. N. 860/10, DATADO DE 16/04/2010 – PC N.º 219/07, DATADO DE 29/03/2007 – EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA.**

40 - Presente pedido de licenciamento referente à "*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*", a que foi atribuído o número de processo 219/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Bicos, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8838 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6009 da referida freguesia, apresentado por EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA., com o NIPC 504324101, com sede na Rua do Lameiro, n.º 29 – Loja 5 – Ed. Palmeira, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/10/02, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/01/15, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações respeitantes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/01/15, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA., com o NIPC 504324101, com sede na Rua do Lameiro, n.º 29 – Loja 5 – Ed. Palmeira, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à "Operação de loteamento urbano com obras de urbanização", a que foi atribuído o número de processo 219/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Bicos, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/06/09, comunicada através do ofício n.º 675/10, de 2010/06/15, rececionado em 2010/06/21;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/06/22 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – alínea *b)* n.º 1 do artigo 71.º do RJUE;

4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do art. 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2010/06/09, referente ao processo n.º 219/07, para a realização da “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua dos Bicos, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8838 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 6009, da referida freguesia, apresentado por EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA., com o NIPC 504324101, com sede na Rua do Lameiro, n.º 29 – Loja 5 – Ed. Palmeira, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - REQ. N. 843/10, DATADO DE 04/04/2010– PC N.º 799/05, DATADO DE 14/11/2005  
– ADRIANO BARBEIRO NETO E FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO**

41 - Presente processo n.º 799/05 registado em 2005/11/14, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de edifício habitacional constituído por quatro fogos, no prédio rústico sito na Rua Amílcar Paulo Grilo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11953 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7759, apresentado por **ADRIANO BARBEIRO NETO**, com o NIF 145398498, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, e **FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO**, com o NIF 109841433, com morada na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria.

Presente deliberação camarária datada de 2014/12/11, pela qual foi concedido aos requerentes, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 10 dias para se pronunciarem sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/01/16, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido aos requerentes, sem que estes tenham apresentado quaisquer alegações.

**A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/01/16, e tendo verificado que depois de devidamente notificados em sede de audiência prévia, os requerentes nada alegaram em relação à referida intenção, e:**

- 1- Considerando que os interessados, **ADRIANO BARBEIRO NETO**, com o NIF 145398498, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, e **FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO**, com o NIF 109841433, com morada na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, foram notificados da decisão final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de construção de edifício habitacional constituído por quatro fogos, no prédio rústico sito na Rua Amílcar Paulo Grilo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11953 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7759, tomada em 2009/04/06, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, por subdelegação de competências do Sr. Presidente, datada de 21/11/2007, a qual foi comunicada ao interessado através do ofício n.º 558/09, de 2009/04/09, rececionado em 2009/04/21;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação deste despacho os interessados tinham o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2010/04/21, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado, nos termos do n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março;
- 4- Considerando que o prazo foi ainda prorrogado, a pedido dos interessados, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2010/06/02, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, com decisão comunicada aos interessados pelo ofício n.º 617/10, de 2010/06/08 e rececionado em 2010/06/15;
- 5- Considerando que os interessados tinham até 2012/04/21 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fizeram;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 71º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;
- 8- Considerando que os requerentes foram notificados da intenção de ser declarada a caducidade da licença mediante os nossos ofícios n.º 1317/14, datado de 2014/12/12, rececionado em 2014/12/18, e n.º 1318/14, datado de 12/12/2014 e rececionado em 16/12/2014, concedendo-lhes um prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, apresentarem as alegações que entendessem pertinentes, ou seja, até, 2015/01/06;
- 9- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

**Delibera ao abrigo do n.º 2 do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado**

pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DECLARAR A CADUCIDADE da licença concedida pela decisão tomada em 2009/04/06, por despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Paisagismo, Planeamento e Ordenamento do Território, por subdelegação de competências do Sr. Presidente, datada de 21/11/2007, referente ao processo n.º 799/05 registado em 2005/11/14, respeitante a pedido de licenciamento de obra de construção de edifício habitacional constituído por quatro fogos, para o prédio rústico sito na Rua Amílcar Paulo Grilo, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 11953 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 7759, apresentado por ADRIANO BARBEIRO NETO, com o NIF 145398498, com residência na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria, e FELICIANO LOPES DA SILVA FELICIANO, com o NIF 109841433, com morada na Rua dos Poços, n.º 47, lugar de Casal dos Claros, Freguesia de Amor, concelho de Leiria por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**24 - REQ. N. 30/15, DATADO DE 08/01/2015 – PC N.º 7/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

42 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 30/15, datado de 08/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/5015/2014, datada de 20/06/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 6,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Circular, n.º 28 (Trutas), freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/09/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 6,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Circular, n.º 28 (Trutas), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - REQ. N. 31/15, DATADO DE 08/01/2015— PC N.º 7/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

43 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 31/15, datado de 08/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/5015/2014, datada de 20/06/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 6,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua de Leiria, n.º 39, Urbanização do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 10/09/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 6,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua de Leiria, Urbanização do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**26 - REQ. N. 32/15, DATADO DE 08/01/2015— PC N.º 8/15, DATADO DE 08/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

44 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 32/15, datado de 08/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/6499/2014, datada de 13/08/2014, apresentado por

**LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 11,00 metros de betuminoso, 3,00 metros de calçada e 2,00 metros de terra para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua das Fontainhas, n.º 66, Rua do Alecrim, n.º 31 (Comeira), Rua de Óbidos, n.º 41 (Trutas) e na Rua Central à Tojeira, n.º 29, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1) **DEFERIR** o pedido de ocupação da via pública apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso, 3,00 metros de calçada e 1,00 metro de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Alecrim, n.º 31 (Comeira), Rua de Óbidos, n.º 41 (Trutas) e na Rua Central à Tojeira, n.º 29, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

2) **NOTIFICAR**, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a sociedade requerente para dizer, por escrito, no prazo de 15 dias, o que se lhe oferecer sobre a intenção de indeferir o pedido de ocupação da via pública apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de terra, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua das Fontainhas, n.º 66 (Comeira), freguesia e concelho de Marinha Grande, devendo ser encontradas soluções alternativas, tendo por base informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir:

*“pavimento em betuminoso em bom estado de conservação, aplicado em 2013 no âmbito da empreitada “CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA FREGUESIA DE MARINHA GRANDE – CP 02/13” A Lusitaniagás foi informada previamente desta empreitada.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**27 - REQ. N. 33/15, DATADO DE 08/01/2015— PC N.º 9/15, DATADO DE 08/01/2015 –  
LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

45 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 33/15, datado de 08/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/6884/2014, datada de 27/08/2014, apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 10,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na **Travessa do Brejo, n.º 11** (Figueiras) e na **Rua 52, n.º 28** (Trutas), ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 20/09/2014, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 10,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Travessa do Brejo, n.º 11 (Figueiras) e na Rua 52, n.º 28 (Trutas), ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - REQ. N. 34/15, DATADO DE 08/01/2015— PC N.º 10/15, DATADO DE 08/01/2015 –  
LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

46 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 34/15, datado de 08/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/5859/2014, datada de 17/07/2014, apresentado por **LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, para abertura de vala em 3,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na **Rua José Moreira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/10/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 3,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua José Moreira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - REQ. N. 957/14, DATADO DE 25/06/2014 – PC N.º 227/14, DATADO DE 25/06/2014 – AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA**

47 - Presente Processo de Loteamento n.º 1589/98, referente à “*Operação de Loteamento Urbano*”, levada a efeito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 5/2001, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de ALCORMO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA..

Presente requerimento n.º 957/14, datado de 2014/06/25, constante do processo camarário n.º 227/14, subscrito por **AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA**, com o NIF 166317810, com residência em Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 695, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração do Loteamento Urbano*”, a incidir sobre o lote designado por “*Lote n.º 21*”, do loteamento urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/2001, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de ALCORMO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., visando o aumento da área total de implantação e de construção, incluindo alteração ao polígono de implantação do lote, sem aumento da área destinada a habitação.

Presente deliberação camarária datada de 18 de setembro de 2014, pela qual a Câmara deliberou sujeitar a discussão pública, o pedido de “*Alteração da Licença de Operação de*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

*Loteamento Urbano*”, a incidir sobre o lote designado por “*Lote n.º 21*”, do loteamento urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/2001, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de ALCORMO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e n.º 2 do art. 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente Edital (extrato) n.º 1006/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 214/2014, de 5 de novembro de 2014, bem como avisos afixados nos lugares de estilo e disponibilizados no sítio eletrónico da autarquia, pelos quais foi publicitada a pretensão requerida, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração.

Presente parecer técnico da Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2015/01/12, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou DEFERIR a alteração à licença da Operação de Loteamento Urbano, requerida por AFONSO MIGUEL SANTOS COELHO CARDEIRA, com o NIF 166317810, com residência em Rua Professor Dr. José Custódio de Moraes, n.º 695, freguesia e concelho de Marinha Grande, a incidir sobre o lote designado por “*Lote n.º 21*”, do loteamento urbano sito no lugar de Gaeiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 5/2001, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de ALCORMO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., visando o aumento da área total de implantação e de construção, incluindo alteração ao polígono de implantação do lote, sem aumento da área destinada a habitação.**

**Mais deliberou informar o requerente que deverá, no prazo máximo de 1 ano, requerer a emissão do aditamento ao alvará de loteamento n.º 5/2001, datado de 14 de novembro de 2001, emitido em nome de ALCORMO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., das alterações aprovadas, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - REQ. N. 42/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 11/15, DATADO DE 13/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

48 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 42/15, datado de 13/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/9678/2014, datada de 21/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 21,00 metros de betuminoso, 2,50 metros de calçada e 3,50 metros de valeta, para realização de

trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Olho Ferrado, n.º 6, n.º 12, n.º 15, n.º 19, n.º 20, n.º 21, n.º 26 e n.º 33 (Trutas), freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 09/01/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 21,00 metros de betuminoso, 2,50 metros de calçada e 3,50 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Olho Ferrado, n.º 6, n.º 12, n.º 15, n.º 19, n.º 20, n.º 21, n.º 26 e n.º 33 (Trutas), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**31 - REQ. N. 43/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 12/15, DATADO DE 13/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

49 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 43/15, datado de 13/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/10066/2014, datada de 05/12/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua António Magalhães Júnior, n.º 18-20, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 09/01/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 7,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

na Rua António Magalhães Júnior, n.º 18-20, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**32 - REQ. N. 44/15, DATADO DE 13/01/2015— PC N.º 13/15, DATADO DE 13/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

50 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 44/15, datado de 13/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/10509/2014, datada de 30/12/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 3,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Travessa Valverde, n.º 10 (Ordem), freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 09/01/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 3,00 metros de betuminoso e 1,00 metro de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Travessa Valverde, n.º 10 (Ordem), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**33 - REQ. N. 71/15, DATADO DE 19/01/2015 – PC N.º 18/15, DATADO DE 19/01/2015 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**

51 - Presente pedido de ocupação da via pública, o registo n.º 71/15, datado de 19/01/2015, a que corresponde a entrada n.º E/9672/2014, datada de 21/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 15,50 metros de betuminoso e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.º de Maio, n.º 1, n.º 2, n.º 11 e n.º 19 (Amieirinha), freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/12/2015, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 15,50 metros de betuminoso e 2,00 metros de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.º de Maio, n.º 1, n.º 2, n.º 11 e n.º 19 (Amieirinha), freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar atempadamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**34 - REQ. N. 1780/14, DATADO DE 20/11/2014 – PC N.º 497/2014, DATADO DE 22/10/2014 – ANTÓNIO JOSÉ ROLDÃO ALVES VIEIRA**

52 - Presente requerimento n.º 1780/14, datado de 2014/11/20, constante do processo camarário n.º 497/2014, subscrito por ANTÓNIO JOSÉ ROLDÃO ALVES VIEIRA, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Albertina Font Roldão Alves Vieira, com o NIF 191381555, residente na Rua D. João IV, n.º 165, Golegã, 2150-171 Golegã, solicitando para efeitos de celebração de escritura de partilhas, ao abrigo do art. 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer favorável para a constituição de compropriedade, do prédio rústico, sito no lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20000, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 3328.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/01/19, que refere não existir inconveniente na emissão da certidão requerida, visto que do ato ou negócio jurídico não resulta qualquer parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos.

**Após a análise do pedido de certidão de compropriedade, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20000, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 3328, com o número de processo 497/2014, com data de entrada em 2014/10/22, apresentado por ANTÓNIO JOSÉ ROLDÃO ALVES VIEIRA, na qualidade de Cabeça de Casal da Herança de Albertina Font Roldão Alves Vieira, com o NIF 191381555, residente na Rua D. João IV, n.º 165, Golegã, 2150-171 Golegã, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, que refere que do ato ou negócio jurídico não resulta qualquer parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, a Câmara Municipal delibera nos termos do disposto no n.º 1 do art. 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à pretensão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **35 - SONAPLÁS – SOCIEDADE NACIONAL DE PLÁSTICOS, LDA – AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DO LOTE 10 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE**

53 - Presente pedido, datado de 02-12-2014, apresentado por José Alves, sócio maioritário da sociedade **SONAPLÁS – SOCIEDADE NACIONAL DE PLÁSTICOS, LDA**, com o NIPC 502304618, em representação desta, em que é solicitada a autorização para efetuar a alienação do lote n.º 10 da Zona Industrial da Marinha Grande, por as instalações industriais existentes no local se encontrarem destruídas em virtude de incêndio ocorrido no ano de 2006, bem como a emissão de declaração em como as mesmas se encontram, nesta data, em ruínas.

Presente cópia de escritura de compra e venda n.º 49/94, celebrada entre o Município e a sociedade já identificada.

Presente informação técnica, datada de 19-01-2015, que descreve o estado de degradação e de ruína em que se encontra o edifício industrial sito no lote em apreço.

**A Câmara Municipal analisou o referido pedido e considerando que:**

- A sociedade **Sonaplás – Sociedade Nacional de Plásticos, Lda**, com o NIPC 502304618, é proprietária do lote n.º 10 da Zona Industrial da Marinha Grande;
- No ano de 2006 o edifício industrial ali existente ficou destruído na sequência de um incêndio;
- O representante da dita sociedade refere no pedido que a sociedade em causa não tem quaisquer condições financeiras que lhe permitam relançar a atividade, dado que as seguradoras não assumiram qualquer responsabilidade pelo sinistro;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- Por esse motivo os sócios gerentes pretendem alienar o lote em causa, de modo a que se dê continuidade à atividade industrial e se criem postos de trabalho;

**Delibera, atendendo aos motivos invocados no referido pedido, bem como à necessidade de fomentar a atividade económica do concelho, autorizar a alienação do lote n.º 10 da Zona Industrial da Marinha Grande, sito na Rua da Áustria, da freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte de SONAPLÁS – SOCIEDADE NACIONAL DE PLÁSTICOS, LDA, com o NIPC 502304618, devendo o futuro adquirente cumprir as disposições constantes do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande.**

**Mais delibera emitir certidão comprovativa de que o edifício sito no lote n.º 10, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 9061, inscrito na matriz sob o n.º 18804, se encontra, fruto do incêndio de que foi alvo, num estado de avançado estado de deterioração e de ruína.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **36 - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2015.**

**Sobre o assunto em apreço registaram-se as seguintes intervenções:**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** constatou que o programa é igual ao de 2014, razão pela qual mantém a mesma opinião que manifestou nessa altura, com os argumentos que constam da sua declaração de voto.

A **Sr. Vereadora Maria João Gomes** entende que seria mais coerente se houvesse um único programa que abrangesse tudo, uma vez que a Marinha Grande é um polo aglutinador de serviços industriais: indústria, engenharia, conceção, serviços, e estes têm tanta ou mais importância que as empresas industriais.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que conceder benefícios representa uma despesa, e por isso deve haver cuidado em alargar o programa, pois poderia atrair formas de comércio que não sejam coincidentes com a atividade do concelho, que é industrial. Concorda com a existência de um programa específico para uma determinada atividade, mas gostaria que se incluísse a hotelaria.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** concorda com este programa, com os mesmos argumentos do ano anterior: o concelho é industrial, este programa visa apoiar as indústrias, com uma contrapartida. O município concede um benefício, que representa uma despesa uma vez que não há receita, e será compensado com a criação de postos de trabalho. O RMEU não exige esta contrapartida. Este regulamento tem resultado em anos anteriores e por isso apoia-o.

O **Sr. Presidente** esclareceu, dizendo que este programa visa apoiar o investimento industrial, e o RMEU abrange todas as outras situações, nomeadamente a chamada indústria hoteleira. Com este programa a Câmara concede um benefício, recebe uma contrapartida e ao mesmo tempo fica vinculada a dar uma resposta célere e atempada.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que vota favoravelmente e pensa que aquilo que tem de mudar é o RMEU, porque não prevê a questão dos postos de trabalho, e em sua opinião é fundamental condicionar o apoio a este benefício, que de uma forma direta ou indireta é bom para as populações. A questão do desemprego, designadamente o desemprego jovem, preocupa-o altamente, daí que lhe pareça possível encontrar alternativas nestas propostas de criação de trabalho.

O **Sr. Presidente** informou que o RMEU irá ser alterado no âmbito da revisão do PDM, cujo processo se encontra em curso.

Seguiu-se uma troca de impressões entre todos, sobre se os benefícios concedidos são uma despesa ou um investimento, registando-se opiniões divergentes.

**Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

54 - Presente Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2015, que se dá por reproduzido.

Considerando que o concelho da Marinha Grande é marcadamente industrial e que essa constitui a sua marca de referência.

Considerando que os municípios podem e devem assumir-se como parceiros e agentes estimuladores do investimento económico.

Considerando que, no âmbito das suas competências, esta autarquia pode criar condições que favoreçam o investimento industrial.

Considerando que a criação de emprego por parte dos investidores deve ser o critério determinante na definição de medidas que favoreçam o investimento industrial.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar o Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2015.**

**Mais delibera que aos processos pendentes se aplique o presente Programa.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.**

**A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Considero de extrema importância a existência deste programa de incentivos, e penso que é fundamental que o plano de comunicação para a sua divulgação seja eficaz para o dar a conhecer o mais largamente possível a nível local e nacional, atraindo novos investimentos.*

*Dada a actual natureza do tecido económico do nosso concelho continuo a considerar que o mesmo deveria ser alargado também a outras empresas, nomeadamente empresas de serviços, como, por exemplo, as ligadas à logística, e empresas de engenharia, que têm vindo a crescer e a desenvolver-se."*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Este programa de apoio de 2015 é rigorosamente igual ao apresentado em 2014, não tendo em conta a proposta de alargar do investimento industrial ao desenvolvimento económico, abrangendo todas as actividades.*

*No ano passado discutimos alargar este programa a outras actividades. Foi dito então pelo vice-presidente vereador Paulo Vicente que "entende que agora se deverá aprovar este programa e orientar a ação para a elaboração de um outro para outras áreas." Afinal foi apenas retórica, dado que o programa ora apresentado é igual, e de novo, apenas para o investimento industrial não tendo este executivo a visão de elaborar um outro para outras áreas. Em Abril apresentei uma proposta que abrangia todas as actividades económicas, e apesar do Sr. Presidente ter feito uma reunião para discutir este programa porque "se iria mexer no programa tendo em conta a realidade do concelho", o facto é que este executivo permanente recusou-a.*

*A Marinha vai muito além da indústria e cada vez será mais uma cidade de serviços, de engenharia e design, de turismo, não deixando morrer o comércio. Esta proposta cria discriminações, desigualdades e injustiças entre municípios e actividades económicas.*

*Dado que o RMEU (Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização), no seu art.º 119.º, concede "isenções e reduções de taxas" a empresas e pessoas singulares, desde que satisfaçam determinadas condições, como exemplo, o da obra ser de interesse social e económico, não se entende para que serve este programa de apoio ao investimento industrial quando já está abrangido pelo RMEU. Aliás, o programa ora apresentado é ainda mais restritivo, pois para além de ser discriminador, obriga a criação de postos de trabalho, aspecto que não é exigido no RMEU. Se o executivo permanente utilizar o instrumento que o art 119.º do RMEU lhe concede, não precisa de criar mais programas, a não ser que seja para propaganda política, ou como diziam os vereadores da CDU em 21 de Fevereiro de 2013 "uma medida manifestamente eleitoralista".*

*Aliás este facto foi já reconhecido por membros deste executivo permanente, como ficou registado na reunião de 3 de Abril de 2014, sobre a minha proposta referente ao alargamento da medida a todas as actividades económicas e em especial para a hotelaria, o vereador Vitor Pereira refere que "para a actividade hoteleira não é tão favorável como a do RMEU". Então, se assim é, porque apresentar e votar favoravelmente um novo programa?*

*Se o objectivo é combater o desemprego, incentivar o investimento, criar riqueza e postos de trabalho, faça-se com base no RMEU e deste modo abarca-se, para além da indústria, a hotelaria, a restauração, o comércio, os serviços, as empresas de engenharia e design, portanto qualquer que seja o sector desde que cumpra os objectivos e requisitos. Os apoios devem ser entendidos como investimentos, pois aquilo que a Câmara agora dá de benefício, vai buscar em impostos directos como sejam o IMI, o IRS, a derrama.*

*Lamento ainda que não se tenha tido em conta neste programa a condicionante de que as empresas devam ter sede social no concelho e deste modo paguem cá os seus impostos.*

*Se se apresenta um programa para o investimento industrial, porque não se apresenta para outras actividades? Criar postos de trabalho na área da engenharia, não tem o mesmo significado que na indústria? Os motoristas desempregados não têm a mesma importância que os fresadores em situação de desemprego?*

*O ano passado este executivo apregoou a "Marinha Grande centro da engenharia & design", faria sentido que existissem um conjunto de medidas conducentes a este objectivo, podendo este ser um dos programas estimuladores da dinamização destas actividades locais. No entanto, se uma empresa deste sector quisesse aqui instalar-se não tem apoio ao abrigo deste programa. É simplesmente ridículo.*

*Por tudo isto esta proposta não é justa, é discriminatória, não permite que todos os sectores de actividade beneficiem de igual modo de medidas estimuladoras da criação de emprego e de actividades produtivas, garantindo a equidade entre todos/as os/as que, nos dias de hoje, têm a coragem de investir e promover o desenvolvimento económico e social. Só assim podemos afirmar que a igualdade se aproxima da justiça praticada pela administração pública local.*

*Deste modo:*

- 1. Apesar de concordar com o apoio ao investimento que crie riqueza e postos de trabalho;*
- 2. Por não concordar com a discriminação de actividades económicas que cumpram tais requisitos;*
- 3. Por ter proposto uma alteração ao programa de 2014, onde colocava todos os sectores na mesma base de igualdade, e este executivo permanente ter votado contra e continuar a não a considerar;*

*não posso concordar com este redutor programa de apoio ao desenvolvimento e como tal voto contra."*

### **37 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

55 - O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das actividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para realização de bailes nos dias 17, 24 e 31 de janeiro de 2015 e para comemoração do carnaval nos dias 7, 13, 14 e 16 de fevereiro de 2015;

- Publicidade alusiva aos eventos;

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da actividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para comemoração do carnaval nos dias 14, 15, 16 e 17 de fevereiro de 2015;

Presentes informações nºs 03/AF e 4/AF de 19 de janeiro de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1ª de Janeiro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído e da licença de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.**

Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;

- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de dezembro de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de dezembro de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

### **39 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO DA RECEITA ARRECADADA POR CAIXA PELO SERVIÇO DE ÁGUAS E SANEAMENTO**

56 - Presente informação n.º 1/2015 de 19.01.2015 referente à proposta de abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos, na qual se refere a necessidade de abertura de uma conta bancária para depósito dos montantes arrecadados por caixa pelo serviço de águas e saneamento.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “AAS”, na qual serão efetuados os movimentos financeiros provenientes das caixas do serviço de água e saneamento, sendo intervenientes na movimentação da mesma:**

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **40 - ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA N.º 0035/00039217430 DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

57 - Presente informação n.º 03RD/2015 de 16.01.2015, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/00039217430 da Caixa Geral de Depósitos, na qual se refere que esta não apresenta qualquer movimentação, considerando que a candidatura que esteve na génese da sua abertura já se encontra encerrada.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária identificada no parágrafo anterior.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **41 - ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA - 0035/00021860330 DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

58 - Presente informação n.º 1/2015 de 19.01.2015 referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/00021860330 da Caixa Geral de Depósitos, na qual se refere que esta deve ser utilizada apenas para se efetuarem os depósitos dos valores cobrados diariamente pelo serviço de águas e saneamento e não para a receção de transferências bancárias sem prévia comunicação à autarquia da natureza e/ou proveniência dos créditos.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária identificada no parágrafo anterior.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**42 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2014, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

59 - Nos termos do ponto 2.3.4.4. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nos termos do disposto no ponto 2.6.1. do mesmo diploma, a utilização do saldo da gerência deve ser efetuada depois de aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior.

Considerando que atento o preceituado na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor integram os fundos disponíveis.

Considerando que a FAQ n.º 5 da DGAL, no seu Manual de Apoio à aplicação da LCPA no Subsetor da Administração Local, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é referido que “ (...) o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas. (...)”.

Considerando parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses no qual é referido que “ (...) tendo em conta que na Administração Local a utilização do saldo de gerência é específica e distinta da Central, constituindo esta uma receita disponível a muito curto prazo, o que remete para o conceito de fundos disponíveis, poderá o mesmo ser considerado para efeitos do cálculo dos fundos disponíveis (...) ”.

Considerando que o mapa em ANEXO I consagra os “Fluxos de Caixa” do ano de 2014, que apresenta um saldo para a gerência seguinte de 5.611.110,83 euros, dos quais 4.882.509,52 euros no que respeita a Dotações Orçamentais e de 728.601,31 euros que respeita a Dotações não Orçamentais (saldo de operações de tesouraria).

Considerando que o nível de compromissos a assumir em 2015 tem de conformar os compromissos já assumidos e por pagar à data de 31.12.2014, devendo estes ser objeto de

registo contabilístico em janeiro de 2015, importa proceder à utilização do saldo de gerência das Dotações Orçamentais do ano anterior, ano de 2014, no montante de 4.882.509,52 euros, para o cálculo dos fundos disponíveis, atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

**Atentos os motivos expostos e a documentação em anexo a Câmara Municipal delibera aprovar o mapa dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2014, atento o preceituado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos Documentos de Prestação de Contas de 2014, por fazerem parte integrante do mesmo.**

Nos termos do preceituado no n.º 2 do art.º 33.º do Regulamento de Execução Orçamental do ano de 2015, aprovado em conjunto com os Documentos Previsionais de 2015 em sessão da Assembleia Municipal de 24 de novembro de 2014, dá-se conhecimento que o saldo transitado da gerência de 2014 para 2015 ascende a 4.882.509,52€.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **43 - RECEPÇÃO DEFINITIVA**

60 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Execução de furo de pesquisa e eventual captação de água para rega na Escola Calazans Duarte – Concurso Limitado n.º 02/2004”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 27 de agosto de 2004, à empresa “Sondalis – Captações de Água, Lda”.

**A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227.º e 229.º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **44 – DESIGN CENTER – SEMANA DO DESIGN DA MARINHA GRANDE 2014 - APOIO FINANCEIRO DO BANCO BIC PORTUGUÊS SA.**

61 - Presente a informação nº I/24/2015 de 9 de janeiro de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, a propósito da regularização e enquadramento do apoio financeiro de 2.500 euros ao evento “Design Center – Semana do

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Design da Marinha Grande 2014”, atribuído pelo Banco BIC Português, S.A, que se mostrou disponível para associar o seu nome e imagem ao evento através deste mecanismo, por nele reconhecer um veículo importante, em particular junto das empresas, para divulgação dos seus produtos.

A Câmara Municipal apreciou e agradece formalmente ao Banco BIC Português, S.A a concessão do apoio financeiro de 2500 euros ao “Design Center – Semana do Design da Marinha Grande 2014”, que permite minimizar os encargos assumidos pela Câmara Municipal e bem assim o financiamento público que a organização deste tipo de eventos sempre impõe, reconhecendo a importância determinante de que se revestem este tipo de ações, em benefício da comunidade local, pelo que delibera acolher esta receita, que se reveste de caráter excecional, ao abrigo do artº 33, nº 1, alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e que deverá ser registada contabilisticamente através da rubrica 06.02.01. que respeita à classificação de transferências correntes de sociedades financeiras, bancos e outras instituições financeiras.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**45 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE FEVEREIRO DE 2015**

62 - Presente informação nº 1824 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 31/12/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social, do Bairro do Camarnal Velho, Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

**A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

**Camarnal Velho**

MORADOR	FOGO	CONTRATO	RENTA 2014	RENTA 2015
Albertina Maria Soares	Nº 19	28/01/2005	85,75€	90,75€

**Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2014	RENTA 2015
3	Paulo Alexandre de Sousa	1º Esq.	02/02/2009	4,85€	41,37€

**Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2014	RENTA 2015
4	Anabela Oliveira Santos	4º Dto.	01/02/2010	7,99€	27,94€

**Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no dia 01 de fevereiro de 2015.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**46 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO FOGO N.º 30, SITA NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE – DORA DE JESUS DA SILVA MARQUES – POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO** .

63 - Presente informação n.º 1810 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 29 de dezembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, mencionada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado familiar em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:**

**Rua Adriano Marques Nobre:**

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENDA/14 (NOV.º)	RENDA/15 (FEV.º)
Dora de Jesus da Silva Marques	30	29/07/2014	124,63€	5,05€

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 5,05€ (cinco euros e cinco cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de fevereiro de 2015.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **47 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia 31 de dezembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.882.509,52 €** (quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e nove euros e cinquenta e dois cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
22/01/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

64 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião